

## O legado da memória: os monumentos hoje e no futuro

«A humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores humanos e a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo colectivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade.»

Carta de Veneza, 1964

A cultura é uma actividade específica da humanidade, ligada à criação de objectos materiais que são a expressão desse mesmo fenómeno. Mas para além deste património tangível, há todo um património intangível constituído pelas ideias, as crenças, as tradições, os códigos morais, etc.

Fiquemos pelo património tangível. Quando encaramos este património começamos por cuidar de saber qual o material de que é feito o monumento em questão e, logo a seguir, quando não simultaneamente, qual a técnica de expressão que o artista usou.

A averiguação do material e expressão do monumento, levou o Homem a dividir a História da Cultura em idades da pedra lascada, depois da pedra polida, em seguida dos metais e aqui, pela idade do ferro e do bronze, chegou ao advento da escrita, etc.

Eis a visão dual do suporte da herança cultural: o material (pedra, metal, cerâmica, etc.) e a expressão, o estilo da transmissão da mensagem ao substrato (o lascar e o polir da pedra, a fusão e

moldagem dos metais e suas ligas, a impressão de caracteres na placa cerâmica ou no papiro, etc.).

Esta análise pode alargar-se aos estilos arquitectónicos e materiais usados, aos artefactos técnico-militares empregues ao longo da História e aos seus materiais básicos (e como isto é tão verdade hoje em que temos os ditos «high tech. metals» — os metais de alta tecnologia, raros e básicos para a microelectrónica e as ligas leves e resistentes usadas nas naves espaciais).

No entanto, não chega enumerar os materiais usados, há que saber as técnicas segundo as quais eles foram empregues, associados ou adaptados.

Uma visão geral mais próxima da realidade será a que decorre da consideração da matriz de todas as combinações possíveis dos materiais e das técnicas ao longo do tempo (da História) e do espaço (da Geografia).

Assim chegamos a ter a noção da complexidade do problema do enfoque holístico da conservação do património cultural: trata-se da resolução têmporo-espacial de uma matriz com  $x$  materiais vs.  $y$  técnicas servida por conhecimentos por vezes difusos, quando não antagónicos e com variáveis complexas, nem sempre seguindo as leis da racionalidade como assistimos actualmente com as modificações climáticas incoerentes que o Homem está provocando, e com a acção vândala que se tem desenrolado constantemente ao longo da História.

A complexidade subjacente ao problema equacionado leva à consideração de vários pressupostos quando se encara o problema da conservação da herança cultural.

Primeiro, há que conhecer muito bem o substrato material da obra de arte em questão. Isto exige adequado conhecimento das Ciências dos Materiais e sua evolução histórico-geográfica.

Segundo, há que ter bem presente a História e a Tecnologia da Arte (s.l.).

No entanto, estes dois conhecimentos fundamentais, de índole científica, tecnológica e histórica, têm de ser acompanhados com conhecimentos de sociologia das civilizações e sua geopolítica.

Estes três enfoques permitem «validar» o monumento em apreço. Com este termo «validar» apenas se pretende afirmar que se «conhece» (ou julga conhecer) o significado do monumento. Caso contrário, é algo de inexpressivo (embora belo), sem idade (embora perene), imóvel têmporo-espacialmente.

Quando se fala e pensa na conservação do património cultural consideram-se os materiais, as mensagens neles impressas, as técnicas usadas no passado e a usar hoje na preservação, os ambientes físicos e sócio-culturais envolventes e, *the last but not the least*, os beneficiários dessa herança. Só quando todas estas valências são consideradas em conjunto temos um enfoque holístico, único que consideramos correcto.

Os monumentos são entidades com características próprias. Modificam-se com a idade, mostram as marcas do tempo e podem mesmo morrer, ou seja, deixar de ter valor dada a sua degradação avançada. É esta degradação que temos de evitar a todo o transe. Ganha enorme acuidade a taxa de decaimento dos monumentos, desde as pedras lavradas, aos vitrais, couros e papéis, que vem aumentando assustadoramente nos últimos decénios.

Urge, pois, preservar e conservar as mensagens e os valores intrínsecos dos monumentos. E são vários os valores que eles nos transmitem. Há valores emocionais, ligados a factos simbólicos e a outros de feição espiritual, valores culturais, documentais, históricos, estéticos, arquitectónicos, científicos e mesmo valores sócio-económicos, englobando aspectos funcionais, económicos, sociais e políticos.

Com efeito, qualquer peça do património cultural é um documento polifacetado que possibilita uma leitura polivalente que, inclusivamente, permite averiguar da idiosincrasia dos povos que a fabricaram, a usaram, a veneraram ou a amaldiçoaram.

Mas para além da necessidade de possuir fundos materiais para as operações de conservação e restauro, para além de todos os conhecimentos, por um lado técnico-científicos ligados aos materiais envolvidos e à evolução da sua manufactura e uso ao longo da História, por outro, estéticos, relacionados com a concepção desse mesmo objecto, há que considerar a ética da conservação e restauro.

Sem nos determos longamente sobre esta questão, diremos que é totalmente diferente tratar de evitar o decaimento da pedra num pilar de uma ponte ou da fachada de um prédio comum ou tratar o mesmo tipo de pedra de um pórtico romano ou de um palácio renascentista. O mesmo material — a pedra, inclusivamente do mesmo tipo e proveniência — carrega, no segundo caso, valores artísticos, históricos, técnicos e emocionais que lhe conferem lugar especial na memória dos povos. Eis porque o técnico de conservação e restauro nas suas tarefas de limpeza, consolidação e protecção

tem obrigatoriamente de pensar e levar em consideração a preservação da mensagem que o autor do monumento quis transmitir.

De entre os monumentos mais famosos feitos pelo Homem sobressaem os construídos em pedra.

Os monumentos, as igrejas e outras construções históricas, têm resistido durante largo lapso de tempo, alguns séculos, à acção da intempérie. Todavia, o desgaste sofrido na última centúria, digamos com o advento da industrialização, tem sido galopante. Este facto é consequência da forte alteração do ambiente promovido pela poluição atmosférica.

A rocha é um material mítico no espírito humano: é dura, é protectora e é difícil de dominar. Encontramos nela todas as noções úteis para quem se quer salvaguardar ou para quem queira dominar. No entanto a pedra, tão nobre, dura e durável, perde o seu poder face ao tempo e aos elementos que definem o clima, digamos os tradicionais elementos sol, água, ar e fogo.

Então ela aparece-nos agora como algo que iludiu as nossas expectativas, que nos traiu, pois que envelhece como nós e se deixa rebaixar até ao nível dos materiais degradáveis.

Sabemos nós que a rocha de um monumentos teve uma vida anterior? Que foi gerada segundo um estrato sedimentar (suponhamos um banco calcário) e determinada idade (suponhamos 80 milhões de anos para o liós do Mosteiro dos Jerónimos)? Gerou-se em meio marinho, calmamente, viveu estratiformemente até que o homem a foi desmontar a ferro e fogo para a usar na feitura de dado monumento. Ela guarda memória de essas acções de desmonte na pedreira, das seguintes operações de serragem e aparelhamento na oficina de preparação, corte e polimento. Essa memória repercute-se na sua porosidade, permeabilidade e no aspecto que lhe é conferido. Os traumatismos que lhe são impostos provocam-lhe deformações, fissurações, modificações no seu arranjo intergranular.

A rocha que eu uso no monumento, já não é, em absoluto, a rocha que a Natureza me ofereceu no afloramento geológico que eu estudei para aí criar uma pedreira e explorar a pedra.

Agora colocada no monumento, em uma parede, ou abóbada, tampa de um túmulo ou capitel lavrado de uma coluna, ei-la posta em contacto com a atmosfera, com a chuva, as variações térmicas, a luz, a biosfera, etc. Então a pedra torna-se sede de inúmeras acções e reacções que se desencadeiam sem cessar. Ela evolui, altera-se procurando novas condições de equilíbrio - no fundo procura proteger-se do meio agressivo em que se encontra, adaptando-se a ele pela alteração (alter ego).

Saibamos, pois, que os monumentos são os testemunhos da sua própria história de que conservam os vestígios. Neles se acumulam tais vestígios que é preciso saber ver, caracterizar e estudar: as pátinas, as crostas, os depósitos biológicos, os fenómenos de alteração superficial como as alveolizações, as esfoliações, etc., a formação de depósitos, etc., etc.

Mas ainda podemos alargar o círculo da análise do monumento e verificar que ele funciona como um núcleo em torno do qual há (e houve) as acções sócio-económicas de uma sociedade que o construiu, que o usou ou o maltratou.

Toda a actividade antrópica deixa marcas sobre o monumento: há sociedades que amaram e bem trataram os monumentos; outras, em períodos revolucionários, que os maltrataram, outras ainda que os abandonaram, sendo-lhes indiferentes. Muitas vezes modificaram-lhe as funções, não cuidando de preservar a tipicidade das suas actividades.

E depois de isto tudo aparece, hoje em dia, um novo e feroz actor antrópico: a poluição.

São fundamentalmente dois os principais tipos de poluição a considerar: o atmosférico ( $\text{SO}_2$ ,  $\text{NO}_x$ ,  $\text{O}_3$ , etc.), com a contribuição quer das partículas suspensas no ar, quer a acção das chuvas, não raramente ácidas e a das águas subterrâneas muitas vezes ricas de vários tipos de sais deletérios para as rochas (cloretos, sulfatos, nitratos, etc.). A vegetação de vários tipos joga, ainda, papel relevante, quer em acções físicas, quer químicas, aqui muitas vezes gerando oxalatos.

Para além do vandalismo que se manifesta das mais variadas formas, desde a inscrição feita pelo par amoroso, à destruição integral, ou quase, promovida pelas guerras, há que considerar a actual gestão do património cultural.

É nesta gestão que há o confronto entre a gestão envolvendo acções de prevenção, conservação e restauro do monumento, e as acções de investimento financeiro e funcionamento adequado de modo a maximizar tais investimentos com a minimização das acções deletérias que podem decorrer do uso (funcionamento) do próprio monumento.

Está-se em uma interface curiosa e delicada em que um mundo real, (o do edifício monumental e seus materiais) e um mundo virtual, (o do seu valor material infinito?), e decisões de acção (o usufruto público) se cruzam. E é toda a sociedade que tem de procurar o equilíbrio e a harmonia entre este choque de actividades.

E aqui aparece com toda a acuidade a questão: porquê conservar e que conservar?

Porquê conservar? Porque o património cultural não se gera por geração espontânea, representa sim o que os povos foram produzindo como de melhor ao longo dos tempos e que urge preservar e passar às gerações vindouras. São a quinta essência que os povos destilaram com inúmeros suportes, da pedra ao papel e às subtis tradições orais. Logo impõe-se que os povos guardem, preservem e transmitam a memória do passado aos que estão chegando para que o futuro continue a ter memória.

Que conservar? Aqui, para além de questões de ordem mais geral e teórica, põem-se questões muito pragmáticas, que envolvem problemas de exequibilidade material.

Se tivermos em consideração que cerca de 75% do património cultural construído se encontra em torno da bacia mediterrânica (s.l.), realizamos a enorme tarefa que recai nos ombros dos países ribeirinhos do Mediterrâneo englobando a Mesopotâmia.

Então há que prioritar e há que rendibilizar os investimentos a fazer para a salvaguarda e manutenção do património cultural construído. Tenhamos em consideração que, para o caso italiano, e neste restringindo-nos à Lombardia, os números a ter em mente são cerca de 8 500 igrejas para uma região com 8,7 milhões de habitantes. Temos, assim, uma capitação de 1 000 igrejas por milhão de habitantes. Embora seja uma capitação acima do normal para o resto da Europa, admite-se que haja 300 000 monumentos no nosso continente. Neste número não se contabilizam miríades de pequenos objectos existentes nos museus, igrejas e colecções privadas diversas.

Chegamos assim a ter que enfrentar dois problemas magnos e delicados: prioritar as acções de conservação e rendibilizá-las.

O problema da prioritização das acções de conservação, restauro e preservação do património cultural supõe alguns pressupostos. Uns são de gestão, outros de educação e outros de formação específica.

Os pressupostos de gestão dizem respeito ao modo como as sociedades vão distribuir responsabilidades quanto à classificação e à manutenção da herança cultural. Inclusivamente tem a ver com os proprietários do património concreto em análise: património nacional, municipal, da Igreja, particular.

Ao desconcentrar a gestão do património cultural dentro de grandes linhas mestras que condicionam a sua conservação e

preservação, repartem-se as incidências financeiras que esta gestão implica. É comum ouvir-se que as nações não têm capacidades financeiras para suportarem as acções de conservação e restauro. Impõe-se aqui que, ao abrigo de directrizes normativas e de decisões de entidades como a UNESCO, grandes trabalhos de conservação e restauro possam contar com o apoio financeiro de entidades internacionais. No nosso país são casos paradigmáticos os relacionados com a limpeza exterior da Torre de Belém e do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos (este último em curso) realizados com apoio relevante da World Monuments Fund, sob a égide e controlo do IPPAR.

Gestão implica capacidade técnica e financeira de intervenção e não apenas capacidade legislativa, muitas vezes usada unicamente para proibir, limitar, cercear. Estes constrangimentos são importantes se tiverem dinâmica interna que aponte alternativas.

Nas acções de gestão há que ter a coragem em prioritar, listando os monumentos nacionais a que o governo central deve acorrer e todo o património municipal que os municípios com desvelo devem preservar. O caso do riquíssimo património cultural da Igreja Católica merece atenção especial da Hierarquia e do Estado. São demasiadas e mal sanadas as feridas que de 1834, por 1910 até aos nossos dias se têm aberto e a incompreensão dos homens não tem sabido curar. Cresce o património cultural em mãos particulares. Urge que se preserve e que se mantenha entre nós no âmbito da liberdade do uso e usufruto da propriedade embrechados no bem da nação.

O património cultural é um grande recurso que contem muitos valores: culturais, sociais, ambientais e económicos. Como recurso deve ser usado para melhorar o mundo de hoje e o do futuro. A reabilitação do património cultural construído obriga-nos a estudar o que o tempo e as actividades sociais depositaram em dado território, dando-nos um precioso jazigo de recursos que esperam ser restituídos à sociedade. Os limites dentro das quais devemos operar no património cultural construído são-nos dados pela necessidade de deixar viver o velho material já construído permitindo que seja possível no futuro, interpretar e descobrir novas possibilidades de utilização. Conseguir uma metamorfose, sem transformação violenta.

Para além da gestão dos trabalhos de conservação e restauro há que considerar, como tão importantes como estes, as acções de manutenção e de uso quotidiano do património cultural. Tem-se muitas vezes a perigosíssima ideia de que, uma vez restaurado ou

limpo e reabilitado dado edifício acabou a acção gestonária. Nada mais errado e perigoso. A programação das acções de manutenção é imperiosa e a monitorização da evolução dos edifícios é impositiva. Para além disso a melhor maneira de preservar a herança cultural é torná-la fruível pelas gentes. O uso quotidiano do património cultural é a melhor maneira de o conservar. Agora entramos aqui em outros campos de acção: os da educação e formação.

A educação das gentes para a fruição da herança cultural que possuímos é um trabalho longo e árduo que incumbe a todos, desde a escola dos primeiros anos, até às acções de extensão escolar passando por uma miríade de actividades a promover por vários departamentos oficiais e agremiações particulares.

É bem conhecida a tríade de novos actores que actuam, desde há algumas décadas, sobre o património cultural dos povos: o vandalismo, o turismo e a poluição.

O vandalismo está à solta e é de difícil controlo, seja ele promovido pela acção alarve do destruidor gratuito, qual vândalo, até ao par amoroso que impõe a sua passagem pelo graffiti simbolizando os seus corações trespassados pela seta de Eros. Supõe-se que, se apenas 1% dos turistas que hoje deambulam pelas nações, forem vândalos, teremos, «à solta», três milhões de vândalos.

Mas não esqueçamos o vandalismo organizado e brutal das guerras, em especial das terríveis guerras étnico-religiosas a que a Europa tem assistido impávida!

Muitos consideram os turistas como os mal-amados do património cultural. A sua existência é uma realidade, inclusivamente pagadora régia dos monumentos e museus que visita. Há que saber aproveitar e canalizar adequadamente esta fonte de receitas de que tanto necessita esse mesmo património.

Abunda a bibliografia sobre a interacção turista-património cultural. Apenas recordaremos alguns pontos de interesse.

Em primeiro lugar o turista é o ente por excelência que põe o problema do uso da herança cultural hoje e como a preservar para a passar aos vindouros. No entanto o uso que hoje o turista faz do património nada tem a ver com o uso que esse mesmo património exerceu durante séculos, cumprindo as funções que presidiram à sua feitura. Basta pensar em uma casula ricamente bordada a fio de ouro e usada três ou quatro vezes por ano, quando era retirada do arcaz onde jazia, guardada, os restantes 360 dias do ano. E hoje? Hoje, ela está exposta, vestida em um manequim 365 dias por ano, sujeita aos sucessivos golpes energéticos (acender e apagar dos



focos que a iluminam) diários, bem como às variações termohigrométricas promovidas pela presença de centena ou milhares de pessoas durante o dia (respiração e suor) e ausência delas de noite. Quanto ao património cultural construído são inúmeros os exemplos de conventos, igrejas ou palácios hoje desempenhando funções completamente distintas daquelas para que foram construídos. Todo o cuidado e bom senso na atribuição dos novos usos, desde salas de concertos musicais, a locais de realização de reuniões diversas, de científicas a sociais, deve ser usado.

O uso adequado e inteligente não só chama as gentes à utilização e fruição dos espaços oferecidos pela herança cultural, como tal usufruto pode e deve ser uma boa fonte de receitas.

Estamos movimentando-nos no domínio da educação das gentes para o conhecimento e exploração da herança cultural. Paralelamente surge o não menos relevante domínio da formação de técnicos (s.l.) para trabalharem nos vários domínios do património cultural, seja ele móvel ou construído, qualquer que seja o material suporte, das pedras aos papéis.

A formação em conservação e restauro levanta problemas delicados. Por um lado necessitamos de gente que saiba trabalhar com os materiais, metendo «as mãos na massa». Ou seja que lavrem a pedra, que entalhem a madeira, que re-entretalem a pintura de cavalete, que preparem argamassas, rebocos e estuques adequados e compatíveis com os produtos históricos idênticos, etc., etc. Para obviar a este problema há que criar escolas práticas, técnicas que nos preparem estes técnicos. Por outro lado é imperioso ter gente que observe os monumentos, diagnostique as patologias, proponha a remediação e execute e acompanhe os trabalhos, *in loco*. É outro género de técnicos, igualmente importantes, mas de nível técnico-científico mais elevado do que os anteriores. Pelo menos deverão ter nível de bacharéis. Por fim, como cúpula deste conjunto de artífices da conservação e restauro, há que formar os gestores, orientadores e supervisores da conservação e restauro. Será gente que a par de sólidos conhecimentos de história da arte também os deverá ter sobre as ciências dos materiais, sobre as técnicas de produção artística ao longo da História, conhecer, para bem saber pedir e interpretar, os principais métodos de exame e análise e ter conhecimentos sobre a gestão do património cultural. Estes técnicos serão os metodólogos da conservação e restauro.

Já temos referido a perspectiva actual que conduz à gestão económico-financeira do património cultural. Com efeito a gestão

da conservação, restauro e manutenção do património cultural tornou-se componente relevante no plano dos orçamentos dos estados dado o volume de verbas envolvidas e pelo fluxo exigido função das operações de manutenção em contínuo. Deste modo este domínio de actividade sócio-económica deve ser criador de empregos.

Restaurar um monumento terá interesse diminuto se não se levarem em linha de conta a gestão do ambiente envolvente e o aproveitamento eficaz, aqui e agora, deste mesmo monumento. Daqui o desencadeamento de acções desde as de manutenção *in situ*, ao controlo dos ambientes interiores e exteriores ao monumento, até à possibilidade de montar sistemas organizados de visitas de escolas, de turistas e de estudiosos que suporão a elaboração de vários tipos de brochuras descrevendo o monumento em várias línguas e em diversos níveis científicos. O uso das instalações para reuniões e congressos, deverá ser adequadamente programado. Este simples esboço de actividades, apenas a jusante da recuperação do monumento dá uma breve ideia do vasto e diversificado número de actividades que pode espoletar. Não esqueçamos, todavia, que a montante outro conjunto de serviços mais ou menos especializados terão de se ter realizado quer no campo da investigação histórica, dos materiais e dos produtos de consolidação, limpeza e protecção, quer no campo da tecnologia destas mesmas operações de limpeza, consolidação e protecção, etc., etc.

A conservação e o restauro devem procurar compreender as interligações entre o monumento e os parâmetros ambientais do espaço-tempo em que ele permanece e vive. Este enfoque naturalístico-tecnológico tem de ser complementado pela visão da valência histórico-cultural que presidiu à feitura da obra de arte, bem como à ambiência sócio-cultural do espaço-tempo em que ele hoje se encontra. Ou seja, a conservação e restauro situam-se no encontro, na intersecção, das ciências nomotéticas, físico-naturalistas, com as ciências idiográficas (histórico-artísticas). É este enfoque holístico que cada vez se torna mais imprescindível.

Só esta visão holística conduzirá à formação de um novo interventor cultural cujas tarefas envolvem, por um lado preparação analítica e espírito de investigação científica, por outro percepção cultural dos valores humanísticos (o belo, o verdadeiro, o discorrer da História e as actuações do seu maior actor, o Homem). Trata-se de criar um interventor com formação superior científico-humanista com conhecimentos adequados em disciplinas físico-natura-

listas, capaz de as aplicar aos ambientes históricos. Só estas pessoas serão capazes de responder às três questões magnas:

- que aconteceu ao monumento no passado?
- que lhe está a acontecer agora?
- como posso prevenir maior decaimento no futuro?

As respostas a esta tríade têm de ser objectivas, precisas, científicas, mas com a envolvente ética, estética e histórica que preserve o significado e a essência da mensagem que o autor, pela obra de arte, nos transmitiu.

O problema capital da conservação e restauro dos monumentos reside na metodologia do tratamento a adoptar. Ao lado das questões sobre o tipo de materiais a usar nos restauros ou das técnicas de limpeza a utilizar, vêm os problemas estéticos relacionados com a legitimidade dessas operações e, para além disso, reaparece o problema ético ligado à carga emocional vinculado à peça de arte em estudo.

Quando se encara o estudo do tipo de preservação a adoptar para obviar a determinado caso de degradação de uma obra de arte, o valor estimativo, espiritual, é o que tem maior peso nas considerações éticas que devem governar a adopção das medidas de conservação a realizar. Todavia, estes «princípios éticos» têm de ter base histórica (autenticidade histórica) e serem conduzidos por investigação científica-tecnológica forte.

Há que evitar a todo o transe a dicotomia Natureza-Cultura e reunificar a noção de património comum. Isto passa pelo conhecimento do Homem, num local e ao longo do tempo (em um ambiente) e do seu relacionamento com os materiais cuja valorização é o resultado da sua actividade têmporo-espacial. Não há património cultural separado do ambiente natural. É o justo equilíbrio da vida, dos valores da cultura e do ambiente que urge estabelecer e fixar.

Não resistimos à tentação de evocar aqui um pensamento tão célebre como actual do grande Leonardo da Vinci: «Quelli che si innamorano di pratica senza scienza sono come il nocchieri che entra al navio senza timone o bussola, che mai ha certezza dove si vada». O que significa que «Os que se enamoram da prática da técnica sem cuidar da ciência são como os navegadores que entram na água sem leme nem bússola e que nunca têm a certeza para onde estão indo».

A aceitação do pensamento leonardino, leva-nos ao enfoque holístico da conservação do património cultural, como o único correcto e adaptado aos conhecimentos técnico-científicos que possuímos e à ciclópica gama de problemas a resolver para a salvaguarda do património cultural.

Todos os países têm diferentes elementos caracterizadores, todos são muito importantes, todavia o primeiro será a sua cultura, conseqüentemente o seu património cultural. Uma comunidade delimita-se por onde o seu comportamento cultural se diferencia do dos vizinhos. A perda do património cultural como entidade diferenciadora, representa a tragédia da perda da identidade, de esquecer as raízes da sua singularidade.

É bem verdadeiro o que R. M. Lemaire, da Universidade de Louvain e antigo presidente do ICOMOS, afirma ao dizer que «la culture n'est-elle pas presque toute entière dans le passé, du plus récent au plus lointain? Celle de demain est encore dans la brume de la potentialité, elle ne peut rien nous apporter en ce moment; celle de hier, par contre, enrichit incomparablement celle d'aujourd'hui. Et seule la sauvegarde du plus grand nombre de ses témoignages permet d'assurer à la culture son contenu.

Os monumentos são os objectos tangíveis da herança cultural, representam a memória do passado. Tratar deles será tratar do futuro do passado, mais ainda será cuidar que o futuro possa ter memória.

LUÍS AIRES-BARROS